

SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA, OPTATIVA ENTRE OBRIGATÓRIAS

Rosalina Pisco Costa*

Alexandra Batista**

*Saiba: todo mundo foi neném
Einstein, Freud e Platão também
Hitler, Bush e Saddam Hussein
Quem tem grana e quem não tem*

*Saiba: todo mundo teve infância
Maomé já foi criança
Arquimedes, Buda, Galileu
E também você e eu*

“Saiba”, música de Arnaldo Antunes, interpretada por Adriana Calcanhotto em *Adriana Partimpim* (2004, Ariola Records, MG Brasil)

Crianças e infâncias na encruzilhada dos saberes

Como na canção interpretada por Adriana Calcanhotto, o estudo da criança e da infância está muitas vezes impregnado de um naturalismo, determinismo e universalismo (James, Jenks, & Prout, 1998) que a sociologia da infância, enquanto disciplina científica, rejeita e procura combater. O modo imperativo com que iniciam os versos que servem de epígrafe a este

* Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, pólo de Évora (CICS.NOVA.UÉvora). E-mail: rosalina@uevora.pt

** Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora. E-mail: abbatista@uevora.pt

texto é, aliás, instrutivo acerca de uma distinção conceptual e substantiva – entre criança¹ e infância – fundamental para a institucionalização da sociologia da infância, disciplina especializada recente na paisagem sociológica, cuja especificidade procuraremos aclarar neste texto².

Muito embora temáticas diversas relacionadas com o estudo sociológico da criança e da infância tenham sido desde o início abordadas na licenciatura em sociologia oferecida pela Universidade de Évora, seria apenas no ano letivo 2012/13 que, pela primeira vez, viria a ser lecionada nesta universidade a “sociologia da infância”³. Não é de estranhar esta entrada relativamente recente da sociologia da infância no plano curricular da licenciatura em sociologia, consentânea, aliás, com a adjetivação de domínio não consolidado de investigação sociológica “emergente” (Machado, 2022, p. 238), e que resulta de um processo gradual de diferenciação e autonomização relativamente a especialidades disciplinares estabelecidas, no caso, a sociologia da família, a sociologia da educação e a sociologia da juventude (*Ibidem*).

Mas, exatamente, a que se dedica a sociologia da infância? E em que consiste esta diferenciação relativamente a áreas disciplinares contíguas? A sociologia da infância pode ser definida como “uma disciplina científica, filiada à sociologia, que objetiva conhecer a infância como categoria social e as crianças enquanto membros da sociedade, atores sociais e

1. “Neném” é um substantivo masculino e feminino que conforme o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* é sinônimo, na variante português do Brasil, de criança recém-nascida ou de poucos meses.

2. Este texto resulta de uma colaboração académica entre as duas autoras, que na sequência de uma relação docente – discente e orientadora – orientanda, vieram a colaborar na condição de co-docentes da Unidade Curricular (UC) “sociologia da infância” [SOC2425L], oferecida como optativa na Universidade de Évora no semestre par do ano letivo 2021/22.

3. A unidade curricular “sociologia da infância” [SOC2425L] integrou a estrutura curricular e o plano de estudos do curso de sociologia na Universidade de Évora, sob proposta da primeira autora, aquando da criação do curso de 1.º ciclo conducente ao grau de licenciado em sociologia pela Universidade de Évora, com acreditação prévia junto da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e posteriormente registado pela Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES) R/A-Cr 54/2012, em 15/06/2012, publicado em Diário da República por Despacho n.º 8719/2012, n.º 125, 2.ª série de 29 de junho, retificado através da Declaração de retificação n.º 393/2016, publicada no Diário da República, n.º 73, 2.ª série de 14 de Abril de 2016, tendo funcionado pela primeira vez no ano letivo 2012/2013. Mantém-se atualmente como UC optativa do ciclo de estudos entretanto alterado, com registo pela DGES R/A-Cr 54/2012/AL01, em 31/05/2019, publicado em Diário da República por Despacho n.º 168 de 3 de setembro, Aviso n.º 13714/2019, em funcionamento desde o ano letivo de 2020/2021. A UC está organizada num total de 156 horas semestrais, das quais 67 horas de contacto (60 teórico-práticas e 7 de orientação tutorial), a que equivale um total de 6 ECTS (*European Credit Transfer and Accumulation System*).

agentes de cultura” (Sarmento, 2013, p. 20). Ao perspetivar as crianças como agentes sociais ativos dentro de contextos sociais e culturais específicos, a sociologia da infância introduz uma orientação epistemológica que rompe com visões tradicionais da infância como uma fase da vida até certo ponto “menor”, meramente preparatória para a vida adulta (*Idem*, p. 18). Por outro lado, ao sinalizar o lugar social da criança e enfatizar a importância de entender e valorizar a infância em si mesma, a sociologia da infância vem contrariar a invisibilização histórica da infância (Sarmento & Vasconcellos, 2007) e argumentar contra a desvalorização da criança face a lógicas de acção periciais e adultocéntricas (Sarmento, 2013).

Se é certo que a emergência da sociologia da infância se dá a partir de uma diferenciação teórica que progressivamente torna as crianças objeto de estudo para além das instituições família e escola (Marchi, 2009), certo é que a ciência não é independente da sociedade, não é apenas “um produto”, mas também “sistema de produção” (Sedas Nunes, 1970, p. 211). Isto significa que o modo como se produz conhecimento científico depende de condicionalismos sociais, a saber, de quem são os investigadores, de quais são os meios de produção que os cientistas manipulam, e de “*quais são* [destaque do autor], como se formaram e como se encontram estruturadas, funcionam e se relacionam com outras estruturas e instituições sociais, as *organizações* [destaque do autor] onde a actividade de produção de conhecimentos (a investigação) se exerce” (*Idem*, p. 212). Acresce que, como afirma Ana Nunes de Almeida,

“A ciência que se faz não escapa, entretanto, aos desafios da sociedade em que se constrói. A reconfiguração interna dos campos disciplinares, a curiosidade científica que a criança suscita entre os investigadores não são indiferentes às *condições exteriores* [destaque da autora] envolventes. Não só as que se referem aos modos da produção concreta de ciência, como também às mudanças sociais que acompanham a emergência de uma sociedade de modernidade tardia.” (Almeida, 2009, p. 17)

Importa, pois, olhar ao conjunto de mudanças sociais que acompanham a emergência da modernidade tardia e que afetam de modo particular a criança, a infância, mas também os seus contextos e ofícios.

No contexto mais amplo das comemorações dos sessenta anos da licenciatura em sociologia em Évora que este texto evoca, e na impossibilidade

de empreender aqui uma análise exaustiva de tais mudanças, privilegiámos aquelas que se adivinham no entrecruzamento com especialidades temáticas vizinhas com as quais os estudantes terão tomado conhecimento em anos anteriores do seu percurso académico, designadamente as já citadas sociologia da educação, sociologia da família e demografia, com ênfase no Ocidente e Norte Global⁴. Com o desenho de um texto pedagógico em mente, o nosso objetivo é argumentar em torno da pertinência, interesse e desafio intelectual que pode constituir para estudantes de licenciatura a opção por uma sociologia da infância, abrindo pistas para a compreensão de temas e debates que são tudo menos simples ou triviais, antes desafiantes e complexos.

Manuel Jacinto Sarmento sublinha como “A sociologia da infância é convidada a analisar e interpretar a infância contemporânea a partir de fortes relações de complexidade.” (Sarmento, 2013, p. 37). Mais que uma introdução à sociologia da infância, este texto constitui um convite a adotar uma perspetiva sociológica – necessariamente complexa – sobre a infância⁵. Para fazer face a esta complexidade, a somar a um trabalho de “diálogo interno à sociologia” (*Idem*, p. 22), a sociologia da infância tem beneficiado desde o início do contributo de outras disciplinas científicas como a história, a antropologia, a psicologia, as neurociências e a filosofia. De modo complementar e transversal, porquanto contém em si as bases de uma reflexão em aberto, necessariamente contínua e colaborativa para a abordagem de questões complexas e multidimensionais que, como veremos, são justamente as que envolvem o estudo sociológico da criança e da infância, este é também um convite à interdisciplinaridade, inscrita que está na história e prática da sociologia da infância.

4. Como Vanessa May (2024, p. 2), usamos a referência a “Ocidente” quando nos referimos a cultura; “Norte Global” e “Sul Global”, para designar de forma ampla regiões geográficas; e o termo “euro-americano” para referir o facto de que os estudos sobre a infância, à semelhança dos estudos sobre a família, são um campo dominado por perspetivas teóricas originárias da Europa e da América do Norte, “com forte tradição eurocéntrica e occidentalocéntrica” (Sarmento, 2013, p. 23).

5. À semelhança de *Perspectivas Sociológicas* (Berger, 1963), onde o autor, referindo-se à sociologia, endereça ao leitor um convite a um mundo intelectual que considera “profundamente interessante e importante” (Berger, 1963, p. vii).

Idades e fases da vida. Sabemos o que julgamos saber?

“A oeste algo de novo...” (Almeida, 2009, p. 13). É assim que Ana Nunes de Almeida inicia a apresentação do contexto de emergência de um paradigma sociológico centrado sobre a criança e a infância que, a partir de meados dos anos 80 do século XX começa a registar-se no campo da sociologia europeia e norte-americana, e que se torna visível numa “curiosidade inédita sobre as crianças e a infância” (*Ibidem*). Sem querer fazer deste texto uma apresentação detalhada do contexto mais amplo de institucionalização da sociologia da infância, tarefa, aliás, sábia e detalhadamente levada a cabo por outros autores (Corsaro, 1997; James & Prout, 1990; Jenks, 2009; Mayall, 2002), centrar-nos-emos na “novidade” de que fala Ana Nunes de Almeida. Como todas as ciências, a sociologia da infância é atravessada por controvérsias teóricas e organiza-se em distintas correntes, correspondentes a diferentes paradigmas teóricos e metodológicos, que se distinguem pelo objeto, pelos construtos dominantes, pelas metodologias de pesquisa e pelas temáticas que selecionam (Sarmento, 2008). Apesar disso, compreende uma nova abordagem da infância, que o sociólogo dinamarquês Jens Qvortrup (1991) inaugurou e que procuraremos apresentar através da enunciação necessariamente breve do que Alan Prout e Allison James apelidaram de “um novo paradigma para a sociologia da infância” (Prout & James, 1990).

Prout e James (1990, p. 8) sistematizam em seis aspectos as principais características do novo paradigma para a sociologia da infância: (1) a infância é uma construção social; (2) a infância é uma variável de análise social; (3) as relações sociais entre as crianças e as culturas infantis merecem ser estudadas por si mesmas, independentemente da perspetiva e das preocupações dos adultos; (4) as crianças são e devem ser vistas como ativas na construção e determinação das suas próprias vidas sociais, das vidas daqueles em seu redor e das sociedades em que vivem; (5) a etnografia é uma metodologia particularmente útil para o estudo da infância; e (6) a infância é um fenómeno em relação ao qual a dupla hermenêutica das ciências sociais está particularmente presente, ou seja, proclamar um novo paradigma para a sociologia da infância é indissociável de um processo mais amplo de reconstrução da infância na sociedade.

Ancorada na sociologia, a sociologia da infância define-se a partir do reconhecimento de que a infância não é uma realidade natural, mas uma

construção social. Nesta medida, a infância fornece um quadro interpretativo que permite contextualizar e compreender – em cada sociedade e cultura – os primeiros anos da vida humana; mas não se confunde com a imaturidade biológica, nem constitui uma característica natural ou universal (Prout & James, 1990).

O reconhecimento de que a infância é uma componente estrutural e cultural específica das sociedades entra no postulado que recusa o estatuto da criança como “ser-em-devir” ante um “ser-que-é” (Sarmento, 2013, p. 15). Assim conceptualizada, a sociologia da infância distancia-se da longa e persistente influência da psicologia do desenvolvimento, disciplina durante muitas décadas hegemónica na abordagem da infância (James & Prout, 1990; Mayall, 2013) e, em concreto, da epistemologia da infância proposta por Jean Piaget (1896-1980) e colaboradores, onde várias ciências tradicionalmente encontraram consenso em torno da criança como um ser humano em desenvolvimento e da infância como uma etapa específica desse desenvolvimento. A psicologia do desenvolvimento utiliza marcadores etários para delimitar diferentes fases da vida, que funcionam como categorias descritivas dos diferentes períodos de desenvolvimento humano desde o nascimento à morte: infância, adolescência, juventude, adulteza e velhice. Assim perspetivada, a infância refere-se ao período da vida humana que abrange a primeira fase do desenvolvimento, do nascimento ao início da adolescência. Cada fase é caracterizada por mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais distintas, e muito embora possa existir variabilidade individual, o determinismo, a normalidade e linearidade impostos pelos processos genéticos da epistemologia da infância prevalecem nesta perspetiva (Prout & James, 1990). A sociologia da infância parte de um entendimento contrário, segundo o qual a transformação e desenvolvimento é um processo humano, não exclusivo das crianças ou da infância enquanto etapa da vida. Assim, todos os seres humanos são seres-em-devir, independentemente da idade. As crianças devem, por isso, ser perspetivadas e estudadas tal qual se nos apresentam, seres completos e competentes “no presente” (Corsaro, 1997) e não meros “pequenos adultos”, como a iconografia da Idade Média fazia crer (Ariès, 1998) e os provérbios continuam a reproduzir (Ponte, 2005). O centramento no ser-criança como “ser-que-é” distingue-se também de uma visão tradicional da criança como “ser em trânsito” para a adulteza (Sarmento, 2013, p. 15). Deste modo, a criança não é um adulto em

miniatura, “imperfeito e imaturo” (*Idem*, p. 19), mas “é o outro do adulto [itálico do autor], isto é, entre criança e adulto há uma relação não de incompletude, mas de alteridade.” (*Ibidem*).

A este princípio soma-se o entendimento de que o desenvolvimento humano é sempre social e culturalmente produzido, produto de um tempo e de um espaço que define fronteiras conceptuais incorporadas na estrutura social e permite, dentro dessas fronteiras, a manifestação de “certas formas típicas de conduta que estão essencialmente relacionadas com um ambiente cultural particular” (Almeida, 2009, p.32). Já vimos como a sociologia da infância se estabelece sobre o postulado de que a infância é uma construção social e, nessa medida, contra a conceção piagetiana da infância que assume uma visão tendencialmente biológica e universal das fases de desenvolvimento infantil, associal e acultural, de carácter determinista e teleológico rumo à completude que a adultez representa. Justifica-se, assim, a importância de analisar o processo histórico de edificação da infância enquanto categoria social, “condição estrutural a que as crianças pertencem, pela qual são objecto de conceptualizações, interpretações do modo de ser e prescrições de comportamento e ação, bem como de atuação dos adultos para com elas” (Sarmento, 2013, p. 19). A assunção deste postulado significa que são de esperar como “normais” diferenças entre grupos de idade, mas também entre gerações distintas. Estas diferenças incorporam não apenas padrões de comportamento, mas também o domínio das representações mútuas entre as diferentes fases da vida, as quais se exprimem numa “normatividade específica, ou seja, um conjunto de regras e de prescrições” (*Idem*, p. 20) formais ou simplesmente assumidas pelo senso comum e que incidem “no que é permitido fazer às crianças, no que é suposto que elas façam e no que lhes é interdito” (*Ibidem*).

Inextricavelmente associado ao postulado da construção social da infância está o da diversidade da infância. Se a infância é construída num espaço e tempo histórico e sociocultural específico, então ela é necessariamente afetada por isso, isto é, pelas suas condições de existência concreta, a saber, idade, género, classe social, etnia, religião e contextos geográficos de inserção, o que, por sua vez, afeta as suas formas de expressão e as suas culturas (Leonard, 2016). Ao reconhecimento da infância como fase da vida corresponde, então, uma conjugação no plural. As infâncias são diversas e, “o que é comum nas crianças é diferenciadamente vivido por

elas em função de sua diversidade” (Sarmento, 2013, p. 30), donde existem também diversas culturas da infância (Corsaro, 1997; Sarmento, 2004a).

O último princípio que queremos enfatizar prende-se com o reconhecimento de que as crianças são atores sociais que agem e influenciam o mundo à sua volta, produtoras das suas vidas e da dos outros, atribuindo significados aos seus comportamentos e aos dos que rodeiam (Corsaro, 1997). Esta perspetiva afasta-se das abordagens clássicas da socialização que consideravam as crianças como objetos passivos, recetores acríticos de socialização por parte dos adultos (Marchi, 2009; Oswell, 2021). Seguindo Sarmento (2004a), a infância é um entre-lugar que ocorre entre dois mundos: o que é influenciado pelos adultos e aquele que é reinventado pelas crianças. E, como refere Qvortrup (2011), as crianças não são apenas participantes ativas na sociedade pelo facto de serem influenciadas pelas pessoas com quem se relacionam, mas também porque influenciam os planos e projetos dos pais, do mundo social e do mundo económico em termos mais amplos. Este entendimento sobre o poder das crianças como atores sociais originou a discussão em torno do conceito de agência, definida como a capacidade de as crianças agirem de acordo com as suas ideias sobre o mundo (Jerome & Starkey, 2022). A exploração teórica e empírica deste conceito tem sido decisiva para desconstruir a ideia generalizada de que as crianças são facilmente manipuláveis e maleáveis e que as suas opiniões apenas refletem as ideias dos adultos (Abbebe, 2019), sem que se tenha em consideração como a agência é, ela própria, produzida social e relationalmente (Sarmento & Tomás, 2020).

De modo transversal, os postulados que sustentam o novo paradigma para a infância têm importantes implicações ético-metodológicas que importa também sublinhar. Desde logo, o romper com as conceções tradicionais da criança, nomeadamente as que consideravam a criança como um ser em desenvolvimento, incompetente e desprovido de conhecimento (James, 2007) e o reconhecimento de que as crianças são participantes ativas nas suas experiências (Corsaro, 1997), implicam criar as condições para garantir que as suas vozes possam ser ouvidas e as suas experiências e entendimentos sobre o mundo estudados “a partir de si próprias” (Sarmento, 2013, p. 15), das suas perspetivas e não apenas das dos adultos (James & Prout, 1990). Ouvir a voz das crianças não é apenas deixar as crianças falarem; implica explorar as suas opiniões, percepções e avaliações sobre o mundo que as rodeia, reconhecendo nelas

um contributo válido, a par do dos adultos (James, 2007). Em suma, a análise dos mundos da criança a partir da sua própria realidade, a auscultação da voz da criança como porta de entrada para a desocultação dos significados desse mundo, e a aceitação da criança como ser completo e competente, diferente do adulto, mas não vítima de um conhecimento construído a partir do adultocentrismo, eis as principais consequências do novo paradigma da infância para a *praxis* investigativa em torno das crianças e *com* as crianças.

Crianças e infâncias: lugares renovados e saberes questionados

Interpelado pela modernidade tardia, o lugar que a criança ocupa na sociedade contemporânea é, porventura, tão ou mais diverso e contrastado que aquele que esteve na base da constituição da sociologia da infância enquanto disciplina científica em meados dos anos 80 do século XX. Com foco na sociedade portuguesa, exploramos em seguida alguns desses lugares renovados que a criança e a infância ocupam em diversas esferas sociais – na paisagem sociodemográfica, na esfera familiar, no mundo do trabalho, da educação, do consumo e, por fim, no plano normativo, desde a aprovação da Convenção dos Direitos da Criança (CDC) em 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Mais do que espaços delimitados e fechados sobre si mesmo, são antes espaços de questionamento a partir dos postulados da sociologia da infância, tal qual os apresentamos antes. E, como veremos, enquanto assinalam diferenças notáveis relativamente a um tempo e espaço mais ou menos próximo, iluminam as nuances e complexidades que carregam consigo pistas de investigação futura, capazes, por sua vez, de alimentar novos questionamentos.

1+1=3, a criança faz e refaz a família

Contrariando a aritmética básica, usamos a expressão “1+1=3” para sinalizar metaforicamente o papel plural, multidimensional e complexo que a criança ocupa na família contemporânea e que os contributos advindos pela mão da demografia e da história ajudam a compreender. Uma “transição

da fecundidade” (Bongaarts, 2015) de níveis elevados para níveis baixos, deixa perceber como, nos países que estão na fase de pós-transição demográfica, caracterizada por taxas de natalidade e de mortalidade baixas e crescimento próximo de zero (Chesnais, 1990), os nascimentos são cada vez menos “simples” corolários naturais da união conjugal como a soma de 1 e 1 é igual a 2; antes, o resultado de decisões pensadas, planeadas e desejadas, no sentido em que “1+1=3”. A história da infância, e de forma notável o trabalho de Ph. Ariès (1998), foi fundamental para desnaturarizar a conceção da criança, introduzindo a “ideia” ou o “sentimento” da infância numa diacronia histórica que permite compreender o contexto em que a criança assume progressivamente esse novo lugar na família. Numa extensão do sentimento da infância de que fala Ariès, o recurso a uma contraceção química, altamente eficaz, a diminuição da mortalidade infantil e a idade cada vez mais tardia com que as mulheres têm filhos, sustentam a ideia de que na decisão de ter um (ou outro) filho, seja maior o peso do cálculo que do acaso (Almeida, 2011; Cunha, 2007; INE, 2019).

Em Portugal, a Revolução de 1974 abriu a porta a um conjunto de mudanças profundas para a transformação da vida privada, em grande medida possibilitadas pelo processo de democratização em geral, e concretamente pela intensa produção legislativa afim posterior ao 25 de Abril (Almeida, 2011). Tal renovação legislativa é indissociável de processos mais amplos de laicização, privatização e individualização dos comportamentos familiares e reprodutivos, com tradução numa nova paisagem social e demográfica que então despontava (Almeida, André, & Lalande, 2002). Marca cimeira da mudança ao nível dos comportamentos reprodutivos é a queda abrupta e rápida da fecundidade. A diminuição superior a 50% em muitos dos principais indicadores relacionados com a fecundidade, em especial a redução do Índice Sintético de Fecundidade para níveis abaixo da não renovação das gerações desde 1981 (Bandeira, 1996; Rowland, 1997), são o sinal evidente de uma “desinstitucionalização e diversificação das experiências biográficas e familiares” (Cunha, Atalaia, & Marinho, 2019, p. 34), e onde a “vontade de ter filhos”, mais que a natureza ou as imposições sociais, permitem explicar não apenas o *quantum*, mas também o *tempo* da fecundidade (Rosa & Oliveira, 2019). Deste modo, ter filhos deixa de ser um destino biológico ou social a cumprir e constitui-se como uma opção racional de acordo com a etapa de vida pessoal ou conjugal e fonte de gratificação afetiva (Cunha, 2007).

A acompanhar este processo, as relações autoritárias entre crianças e adultos, nos vários domínios da família, na escola e demais instituições, sofreram alterações significativas, no sentido de uma horizontalização e democratização relativa (Renaut, 2002). Para além disso, o facto de a criança ser tendencialmente planeada faz com que no contexto mais amplo da diversificação das formas familiares assuma, inclusivamente, “um papel activo na própria definição de família” (Almeida, 2009, p. 16). Ana Nunes de Almeida cita os arranjos monoparentais e as famílias recompostas como espaços de visibilização desse papel, onde se criam laços que implicam os velhos e novos protagonistas da família anterior e da nova família e onde a criança assume também um papel de “guardiã da memória familiar” (*Ibidem*), já que permanece no centro, apesar da mudança. De forma complementar, podemos citar outras constelações familiares onde a criança é central para a definição de família, designadamente na família adotiva e mesmo em casos de maternidade ou paternidade *a solo*, possibilitadas, designadamente, por técnicas de procriação medicamente assistida, contextos onde a unidade “casal” assume centralidades variáveis, nalguns casos secundarizada ou até mesmo inexistente. O lugar da criança que faz e refaz a família no quotidiano através das práticas familiares, das rotinas e dos rituais em que está envolvida afigura-se como tema inesgotável de interesse e investigação para a sociologia da infância. De um outro quadrante, a observação da voz e vez da criança sobre a definição de “quem faz”, “o que faz” ou “quando se está” para compreender as fronteiras da família para além do casal heterosexual, da identidade de género, da vida biológica, como em situações *post mortem*, e do espaço físico ou até das relações humanas, como acontece com o estudo do lugar dos animais domésticos na vida das crianças, são igualmente desafiadoras quanto a novas interrogações e objetos de pesquisa.

Criança-rara, criança-rei

No regime demográfico pré-moderno, as elevadas taxas de fecundidade tinham como consequência imediata para a constituição e dinâmica dos agregados familiares a existência de descendências elevadas (do ponto de vista do casal) e fratrias numerosas (do ponto de vista das crianças), quase sempre com uma grande amplitude etária entre os irmãos devido

à também grande sobreposição temporal entre idade fértil e período reprodutivo das mulheres (Henry, 1959). Num contexto semelhante ao que muitos países europeus experienciaram desde a década de 60 do século XX, conhecido por Segunda Transição Demográfica (van de Kaa, 1987; Sobotka, 2008), a tendência geral de declínio da fecundidade que Portugal observa nos últimos anos tem-se feito acompanhar de outras mudanças importantes ao nível dos comportamentos reprodutivos, a saber, o intenso adiamento dos nascimentos, nomeadamente do primeiro e do segundo filho (Cunha, 2016), a redução dos nascimentos de segunda ordem e superiores (Oliveira, 2016), com reflexo na elevada incidência de filhos únicos na sociedade portuguesa (Cunha, 2014, 2016; Mendes, 2016), uma “transição incerta” (Freitas, Maciel, & Mendes, 2019) para o segundo filho, e a transição para o terceiro filho menos comum, com maior relevância estatística quando associada a experiências conjugais de recomposição familiar (Atalaia, 2014). Justamente, uma das especificidades da muito baixa fecundidade portuguesa consiste na elevada incidência de filhos únicos e na redução dos nascimentos de segunda ordem ou superior (Cunha, 2014, 2016; Oliveira, 2016).

À maior raridade estatística da criança corresponde uma maior centralidade do ponto de vista social: as crianças são os velhos e novos protagonistas da família (Costa, 2011). Assim, à medida que rarefaz, ela é também o centro das atenções na família, “criança-rei” (Singly, 2004) em torno da qual se movimentam pais, avós e outros familiares, já que muitas vezes essa mesma criança acumula o lugar de “filho único” com o de “neto único” ou “sobrinho único”. Ora, o posicionamento da criança numa fratria mais ou menos numerosa não é despiciente em termos de dinâmica familiar: se diretamente lhe (não) atribui o estatuto de filho único; indiretamente coloca-a numa rede maior, menor ou inexistente de irmãos e primos, com os quais disputa atenções e, eventualmente, vantagens ou benefícios.

Um conjunto de temas relacionados com este lugar que deixa de ser o de “uma criança entre muitas” e passa a ser “*a* criança” ganha visibilidade a partir do estudo das relações entre irmãos, da adoção e eventual (re)configuração do papel de cuidadores que essas crianças ocupam junto de pais, avós ou de outras pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como as experiências em torno de eventos significativos vividos na primeira pessoa ou observados na rede familiar ou amical, designadamente

os relacionados com o nascimento, a morte, incluindo morte fetal ou infantil de outras crianças, mas também situações de doença, separação ou divórcio dos pais. Igualmente interessante do ponto de vista sociológico será explorar as experiências vividas e os significados atribuídos pelas próprias crianças a respeito deste “novo lugar” que, de acordo com os outros, elas ocupam. Esta questão é tanto mais interessante quanto, “de fora” da sociologia, parecem adensar-se as preocupações sobre as consequências que daí advêm em termos de competência social futura, como bem ilustram as palavras de Mário Cordeiro, pediatra, em *Crianças e famílias num Portugal em mudança*:

[as crianças] concentram em si atenções e beneficiam de mais favores e de mais recursos (que podem ser excessivos) mas, por outro, são sujeitos a um maior risco de hiperprotecção e de expectativas, culpas, concentração de vontades e de “desígnios”, com menos hipóteses de partilha, o que pode acentuar o isolamento, a solidão, a falta de sensibilidade social e o egocentrismo, bem como verem dificultado o desenvolvimento (que se deseja precoce) de valores democráticos de solidariedade e de luta contra a omnipotência narcísica infantil que existe dentro de cada um, que tem de ser “domada” na devida altura, através do desenvolvimento do sentido ético que, além de aprendido teoricamente, é praticado nas relações quotidianas, designadamente na relação interpares. (Cordeiro, 2015, p. 45)

Este excerto patenteia de modo evidente o tom normativo que com frequência atravessa tais preocupações, relacionando de forma direta a concentração das atenções sobre as crianças com “hiperprotecção”, “vontades”, “egocentrismo” e “narcisismo” e que apenas o estudo científico pode descortinar com objetividade e isenção.

Criança-custo, criança-benefício e outros ofícios

Referindo-se à Idade Média, Ph. Ariès (1998) demonstrou com clareza a então passagem muito rápida da criança a adulto jovem, logo integrada no mundo dos adultos após um curto período de dependência. De lá para cá, os processos de escolarização generalizaram-se e a escola substituiu, em definitivo, o aprendizado como meio de educação. Em sociedades agrícolas,

de subsistência, as crianças desempenhavam um papel importante na economia da vida familiar, eram fonte importante de mão-de-obra e, não raro, perspetivadas como mais-valia na antecipação prospetiva de um cuidado e assistência às gerações mais velhas ou a quaisquer pessoas dependentes ou em situação de vulnerabilidade, desde logo os mais novos nas redes de fratria (Ariès, 1998; Bassand & Kellerhals, 1975).

A uma visão das crianças como benefício económico opõe-se, na contemporaneidade, o discurso em torno do custo económico das crianças, perspetivadas como (mais) uma fonte de despesa, consumo e investimento. O “custo de oportunidade das crianças”, como lhe chamou Gary Becker (1981), inclui tanto os custos diretos (e.g., alimentação, vestuário, educação, saúde e consumo quotidiano), quanto os custos indiretos (e.g., como a perda de rendimento devido ao tempo que os pais dedicam aos filhos em vez de ao trabalho remunerado ou o encargo que representam as dificuldades de integração no mercado de trabalho ou no acesso à habitação por parte dos jovens, com a consequente permanência dos filhos em casa até mais tarde e o adiamento para idades mais avançadas da saída de casa dos pais). Não obstante, a contemporaneidade parece ver nas crianças um benefício importante, embora medido não tanto de um ponto de vista instrumental: a criança representa para os pais, principalmente, uma fonte de gratificação afetiva e simbólica de coesão (Cunha, 2007).

A substituição do discurso em torno do benefício económico pelo benefício afetivo retirado da criança não erradica o lugar – e a importância – das considerações em torno do trabalho no quotidiano das crianças; tão pouco a generalização da escolarização ou a proteção à infância do trabalho infantil, reconhecida em diversas medidas legislativas e políticas sociais de combate ao trabalho infantil. No último quartel do século XX, Portugal era ainda um país onde a realidade da exploração do trabalho infantil tinha lugar em contextos muito diversificados e, de forma mais visível, em fábricas têxteis ou de calçado, na construção civil e no trabalho agrícola em explorações familiares, normalmente no quadro da agricultura de subsistência (Sarmento, 2009). A análise e caracterização das atividades realizadas por crianças e jovens para além do “ofício de aluno” (Perrenoud, 1995) – atividades laborais, de lazer e escolares – redonda na conclusão de que as crianças estão envoltas em formas diversificadas de trabalho e que algumas dessas atividades configuram situações de

trabalho infantil (Lisboa, 2009). Desta mesma realidade dão conta os *media* em Portugal, sendo que a análise das representações sociais que aí perpassam aponta para a tendencial sazonalidade do trabalho infantil, associado às férias escolares, com prevalência no trabalho no domicílio e no trabalho artístico, predominância do grupo etário dos 14 aos 17 anos e uma valoração social genericamente negativa (Macedo, 2012). Em busca de uma explicação sociológica, Sarmento aponta a articulação não linear e complexa “entre factores estruturais indutores do trabalho das crianças (nomeadamente relacionados com as desigualdades sociais, a exclusão social e a pobreza) erráticas e representações dos actores sociais, prefiguradores de trajectos singulares” (Sarmento, 2009, p. 29)

Do espaço doméstico da economia familiar e agrícola à moda e à representação, mas também no que diz hoje respeito a uma presença tendencialmente mais ativa nas redes sociais virtuais como produtora de conteúdos ou *influencer*, o estudo dos velhos e novos ofícios das crianças, assim como a discussão em torno do que representam no continuum trabalho formal – trabalho informal, e quais os limites da relação custo – benefício que impõem a partir do ponto de vista da criança como protagonista constitui indubitavelmente tema de renovado interesse e atenção para a sociologia da infância.

Família, escola, velhos mestres e novos especialistas

Enquanto na sociedade ocidental pré-moderna, as crianças estavam entregues ao cuidado de redes informais, principalmente pela mão das mães, avós, irmãs mais velhas, tias ou outras mulheres próximas da rede familiar (Ariès, 1998; Ortner, 1996; Scott, 1988); na sociedade contemporânea há uma diversidade de mãos que embalam o berço⁶ para além da feminização dos cuidados. Por um lado, essas mãos não estão apenas na rede informal, sendo que desde cedo muitas crianças são cuidadas na confluência permanente ou episódica entre elementos da rede informal e formal (Torres, et al., 2018). Se é certo que a família e a escola funcionam como contextos centrais na vida das crianças, o seu quotidiano não se

6. Adaptação metafórica a partir do título do filme "The Hand That Rocks the Cradle" [A Mão Que Embala o Berço] (EUA, 1992, cor, 111', dir. Curtis Hanson).

circunscreve ao tempo da escola; antecede-o, desde logo com as creches, jardins de infância e pré-escolar, e ultrapassa-o com atividades extra-curriculares e de ocupação de tempos livres, ensino artístico ou prática desportiva especializada. Por outro lado, o cuidado às crianças é cada vez mais dividido entre mulheres e homens, com estes a assumir papéis diversificados, no caso português, tanto reconhecidos através da legislação afim, quanto dados a conhecer pelas estatísticas de uso do tempo (Perista, et al., 2016). Num e noutro caso, a investigação empírica afim tem evidenciado a renegociação de poderes e identidades no quotidiano, em particular de velhas e novas masculinidades no que ao cuidado e acompanhamento das crianças diz respeito (Wall, Aboim, & Cunha, 2010) e também no contexto da ruptura conjugal (Marinho e Correia, 2017).

Mas o saber e o cuidado sobre as crianças não residem somente na família ou na escola. A sociedade contemporânea trouxe consigo a especialização pericial no cuidado e acompanhamento das crianças (Giddens, 2001). Pediatras, pedopsiquiatras, psicólogos infantis e muitas outras especialidades médicas e ocupacionais encarregam-se hoje de complementar o papel dos pais, da família e da escola, mas também de o vigiar. Não são apenas os pais ou as mães que buscam por uma maternidade ou paternidade competente, é também a sociedade como um todo que exige e zela por essa parentalidade competente (Miller, 2017). De especial relevância para a investigação com crianças parece ser o estudo dos modos como as crianças vivem e experienciam – na primeira pessoa – essas várias arenas sob as quais o seu quotidiano se estrutura, assim como os sentidos plurais que atribuem a tais “especialistas” e respetivas “competências”: da família às diversas instituições educativas, mas também a outros espaços e contextos em que o seu quotidiano se entrecruza com o dos velhos mestres e novos especialistas: a clínica, o hospital, o ginásio ou o atelier.

Cultura de pares, comodificação da infância e cultura de consumo

Ph. Ariès (1988) refere como a escolarização instaurou uma espécie de “quarentena” que veio adiar a entrada das crianças no mundo dos adultos, separando-os. Votadas a um espaço e tempo próprio para estarem na escola e serem crianças, esta quarentena tem como consequência imediata a introdução das crianças numa cultura de pares que ganha força

enquanto contexto socializador. Isto não acontece apenas porque nesse contexto as crianças reproduzem as normas e valores sociais a partir do que recebem dos adultos ou das crianças mais velhas; as crianças constroem, interpretam e negociam as suas experiências sociais de maneira ativa e criativa por meio de uma reprodução interpretativa (Corsaro, 1997). Este conceito permite compreender como no quotidiano as crianças são participantes ativas na construção da sua realidade social, negociando as suas identidades e papéis sociais através das interações. Elas não são apenas recetáculos passivos de cultura e valores, mas desempenham um papel ativo ao reinterpretar e modificar as expectativas e os comportamentos com base nas suas próprias experiências, recursos e interações.

Alimentada pelo desenvolvimento permanente e acelerado ao nível das tecnologias de comunicação e por uma economia global, a cultura de pares e as culturas infantis são indissociáveis de uma cultura de consumo. Assim, assiste-se à difusão global de produtos e serviços orientados para as crianças, particularmente no domínio das indústrias culturais, a saber, os brinquedos, videojogos, material desportivo, *fast-food*, vestuário, mobiliário, adereços e práticas de consumo várias, “tendencialmente promotoras do hiperconsumo infantil, e da uniformização de gostos à escala global” (Sarmento, 2013, p. 40). Manuel Jacinto Sarmento refere o individualismo institucionalizado como “a face comportamental da globalização” (*Ibidem*), para enfatizar como a injunção para o desenvolvimento da criança enquanto ser único, diferente e singular, assenta e alimenta uma distinção de base individualista, que conduz à construção de *si* numa lógica de diferenciação competitiva a partir de práticas de consumo nas várias esferas da vida e contextos sociais.

Vale a pena sublinhar como também neste domínio a criança não é um simples recetáculo da vontade dos pais ou educadores, dos *media*, das marcas globais ou da cultura popular que lhe “impõe” um determinado estilo de vida, padrão de consumo, objetos ou serviços de fruição “obrigatórios”. É certo que, a partir de determinado momento das suas vidas, as crianças são consumidoras de pleno direito, que direta ou indiretamente – através dos pais ou de outros familiares, especialmente os avós – aceitam a determinados bens e serviços. Assumem inclusivamente, nalguns casos, o papel de negociadoras, para o qual mobilizam a centralidade na família já antes abordada. Como afirma François de Singly, “Na família, as crianças mudaram de estatuto. Tornaram-se interlocutoras dos pais.

Tudo demonstra que sabem negociar, jogando, se for preciso, com o receio do pai e da mãe da ameaça de uma «greve afetiva» (que se traduz por uma grande distância afetiva)» (Singly, 2000, p. 207). Por outro lado, as crianças não são “meras consumidoras compulsivas e reproduutoras da cultura industrializada de massa” (Sarmento, 2013, p. 40). A “criança global” da normatividade universalizante e da indústria cultural é “mais densa e diversa do que possa parecer” (*Ibidem*) e os processos de subjetivação são atravessados pelas contradições sociais e pela desigualdades e condições de existência na interdependência com as culturas infantis que as interpretam e reconstruem.

Corsaro (1997) argumenta que, ao entender a reprodução social como um processo interpretativo, podemos obter uma visão mais rica e dinâmica de como a socialização ocorre e como as crianças moldam as suas próprias experiências sociais. Este tema afigura-se especialmente interessante para explorar as diversas culturas infantis que no espaço e tempo público e privado, inclusive *online*, as crianças reproduzem de forma interpretativa. O estudo das culturas infantis por relação com as práticas de consumo convoca também a uma análise tão rica quanto criativa sobre os espaços, tempos, protagonistas e artefactos que as compõem: o quarto de dormir, a casa, a rua, o parque infantil ou de diversões, a piscina ou a praia; a manhã, a tarde, o dia, a noite, a semana, o fim-de-semana, as férias de verão ou o Natal; pais, avós, irmãos, animais domésticos, amigos, professores e uma rede social mais ou menos fictícia, onde se incluem amigos imaginários e virtuais; por fim, também os brinquedos, a televisão, a consola, o smartphone e outros *gadgets* eletrónicos. A finalizar, sublinhamos o potencial de criatividade investigativa que pode resultar do estudo conjugado desses vários elementos em face da diversidade de experiências proporcionadas a partir das interações geradas sobre conteúdos escolares, brincadeiras, *internet*, redes sociais virtuais e elementos diversificados da cultura popular como literatura, música e outras formas de expressão artística.

Contextos de risco, proteção e globalização

Do sentimento de infância de que fala Ph. Ariès (1998) às tentativas reformistas e moralizadoras sobre a infância de finais do século XIX, o

estudo da infância é indissociável dos mecanismos de atenção e proteção específica por parte dos adultos e da sociedade em geral (Jenks, 1996). Se no passado pré-moderno os riscos que as crianças enfrentavam tinham que ver principalmente com a elevada exposição aos condicionalismos naturais (visível, desde logo, nos efetivos e causas da mortalidade) a que, à semelhança dos adultos, estavam sujeitos, a modernidade tardia fez do risco uma condição permanente de exposição do ser humano (Beck, 1992), não constituindo as crianças exceção. Assim, não apenas o espaço da rua, mas também a própria casa, e outros espaços e contextos, inclusive o virtual são potenciais ameaças contra a criança que importa proteger (James & Prout, 1990).

No longo caminho histórico de proteção pública da criança, e especialmente no último quartel do século XX, emerge uma nova imagem de criança, membro pleno da sociedade, sujeito de direitos, “cidadã à sua medida” (Sarmento, 2013, p. 37), que, mesmo carecendo de especial cuidado e proteção por parte dos adultos, não deixa de ser reconhecida por estes como participante influente nos seus modos de vida. Trata-se de uma “mudança paradigmática” (Fernandes, 2009) na conceção da infância, cuja expressão formal maior é a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Esta conceção de infância à escala global é difundida com base no melhor interesse da criança por entidades reguladoras internacionais, tais como a UNICEF⁷ ou a Organização das Nações Unidas (Sarmento, 2004b). Seria, aliás, difícil pensar na própria sociologia da infância sem este tratado que no plano internacional veio estabelecer as crianças como seres de direitos e prescrever uma infância à escala global.

A CDC estabelece os direitos e proteções fundamentais das crianças, definidas no artigo 1.^º como todo o ser humano com menos de 18 anos de idade⁸. A Convenção visa proteger os direitos das crianças e assegurar o seu bem-estar em todos os aspectos da vida. Contém 54 artigos, que podem ser divididos em quatro categorias de direitos: i) à provisão (acesso

7. UNICEF é a sigla para Fundo das Nações Unidas para a Infância (em inglês, *United Nations International Children's Emergency Fund*).

8. De acordo com o Artigo 1.^º da CDC, “Criança é todo o ser humano com menos de 18 anos de idade salvo quando, nos casos previstos na lei, atinja a maioridade mais cedo.”

à educação, cuidados de saúde e qualidade de vida); ii) à proteção (contra a discriminação sexual, exploração comercial e a violência); iii) à participação (direito a serem consultadas e ouvidas e iv) à liberdade de expressão (direito à opinião e a tomar decisões em seu benefício) (ONU, 1989). A implementação da CDC à escala global concedeu maior visibilidade aos direitos das crianças, tendo possibilitado a sua aplicação a escalas mais locais e a mobilização de mecanismos que a todo o momento permitem observar como o superior interesse da criança por vezes se opõe aos interesses económico-políticos dos países (Tomás, 2011).

As crianças e as infâncias não escapam ao processo mais amplo de globalização que atravessa e se impõe às sociedades a que pertencem. De entre as principais influências da globalização junto das crianças está o acesso às tecnologias de informação e comunicação; a exposição a diferentes culturas, hábitos alimentares e estilos de vida, bem como o efeito dos programas e políticas internacionais que promovem os direitos das crianças (Sarmento, 2004b). Em concreto, a globalização hegemónica exprime-se na normatividade da infância, em grande medida patente na CDC, pela visibilidade dada à condição económica e social das crianças dos países periféricos e semiperiféricos e das crianças dos grupos mais pobres dos países centrais, às suas condições de vida em várias regiões do globo e aos impactos que as crises financeiras globais têm sobre as suas vidas.

As crianças e as infâncias são, todavia, afetadas pela globalização de formas e intensidades distintas. Neste domínio, há todo um campo de estudos por empreender no que diz respeito às muitas descoincidências entre a infância global e as infâncias locais, a criança sujeita de direitos e os contextos concretos que desafiam esses direitos nos espaços quotidianos que intersectam a afetividade, violência e segurança, mas também no espaço global marcado pelas crises económicas e financeiras, sejam as crises ambientais e energéticas, de saúde pública, de segurança, incluindo a cibersegurança, crises humanitárias suscitadas por conflitos bélicos, perseguições religiosas ou desastres naturais, fome ou escassez alimentar, e outras crises políticas e sociais, com destaque para os movimentos migratórios em massa.

Para além da encruzilhada, outros trajetos, novas interrogações

Como procurámos evidenciar neste texto, a sociologia da infância é simultaneamente beneficiária e promotora de uma maior visibilidade e reconhecimento da criança e da infância na família e na sociedade. As crianças passaram de uma invisibilidade familiar e social relativamente recente para um contexto de reconhecimento, a que não é indiferente um investimento social e político promotor e defensor dos seus direitos. Se do longo caminho histórico que vai de uma sociedade pré-moderna à moderna, estão já suficientemente elucidados os mecanismos de invisibilidade social a que a criança e a infância estava votada; na modernidade tardia são sobretudo as nuances e complexidades da maior visibilidade que suscitam o interesse particular da sociologia da infância.

Do que fica exposto, são dois os domínios principais em que novos objetos de estudo parecem emergir, um na relação direta com a Convenção dos Direitos da Criança e a infância global que prescreve, o outro derivado da relação entre subjetivação e autonomia. Para além de uma pretensa infância “unificadora” à escala global, reconhecida e prescrita pela CDC, continuam a existir crianças e infâncias que a todo o momento negam, contestam ou desafiam essa mesma determinação. E se é certo que apesar de terem ratificado a Convenção dos Direitos da Criança, muitos países não consideram a infância uma prioridade política, económica e social (Tomás et al., 2021), a própria ideia normativa de infância merece ser desconstruída com base na diversidade, multiculturalidade e diferença (Tomás, 2011). Adicionalmente, o reconhecimento dos direitos das crianças pela CDC obriga também a estudar as literacias e práticas em torno de tais direitos, mesmo que isso implique questionar as parentalidades competentes a propósito, por exemplo, do direito à privacidade, como acontece com o *sharenting*, isto é, a partilha de conteúdos dos filhos *online*, pelos pais (Batista, 2024).

A sociologia da infância confronta-se hoje também com desafios que surgem da “análise dos processos complexos e paradoxais de subjetivação da criança e da construção da autonomia” (Sarmento, 2013, p. 39), e que, por sua vez, estão articulados com os efeitos da globalização hegemónica e do individualismo institucionalizado que colocam – também sobre as crianças – o imperativo de se construírem a si próprias. Este aspeto é particularmente desafiante nos casos em que a agência das crianças vai contra a ideia romantizada e unicamente “positiva”. De facto, existem contextos

onde a agência pode ser considerada eminentemente “negativa” (Abebe, 2019), como no caso das crianças envolvidas em práticas “desviantes” ou auto-destrutivas, a saber, roubos, consumo de substâncias ilícitas ou violência.

A concluir, cremos que para além da encruzilhada dos saberes existem – afinal – muitos mais trajetos que se advinham no percurso dos estudantes, os quais podem constituir novas e criativas interrogações a partir de uma sociologia da infância. Mesmo que optativa entre obrigatorias.

Referências

- ABEBE, T. (2019). Reconceptualising children's agency as continuum and interdependence. *Social Sciences*, 8(81), 1-16. <https://doi.org/10.3390/socsci8030081>
- ALMEIDA, A. N. (2009). *Para uma sociologia da infância – Jogos olhares, pistas para a investigação*. Imprensa de Ciências Sociais.
- ALMEIDA, A. N. (coord.) (2011). *História da vida privada em Portugal – Os nossos dias*. Círculo de Leitores.
- ALMEIDA, A. N. de, André, I. M., & Lalanda, P. (2002). Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal. *Analise Social*, 37(163), 371-409. <http://www.jstor.org/stable/41011681>
- ARIÈS, P. (1998). *A Criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Relógio D'Água. (Original publicado em 1960)
- ATALAIA, S. (2014). As famílias recompostas em Portugal: Dez anos de evolução (2001-2011). In A. Delgado & K. Wall (Coords.), *Famílias nos Censos 2011: Diversidade e mudança* (pp. 225-239). INE/Imprensa de Ciências Sociais.
- BANDEIRA, M. L. (1996). *Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BASSAND, M., & Kellerhals, J. (1975). *Familles urbaines et fécondité* (avec la collaboration de G. Wirth; préf. du Prof. W. Geisendorf). Georg.
- BATISTA, A. M. B. (2024). *Partilhas (in)discretas? O lugar da tecnologia na construção da parentalidade digital* (Tese de Doutoramento, Universidade de Évora). Repositório da Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/37080>
- BECK, U. (1992). *Risk society. Towards a new modernity*. Sage.
- BECKER, G. (1981). *A treatise on the family*. Harvard University Press.
- BERGER, P. L. (1963). *Invitation to sociology. A humanistic perspective*. Anchor Books.
- BONGAARTS, J. (2015). Global fertility and population trends. *Seminars in Reproductive Medicine*, 33(1), 5-10. <https://doi.org/10.1055/s-0034-1395272>

- CHESNAIS, J.-C. (1990). Demographic transition patterns and their impact on the age structure. *Population and Development Review*, 16(2), 327-336. <https://doi.org/10.2307/1971593>
- CORDEIRO, M. (2015). *Crianças e famílias num Portugal em mudança*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- CORSARO, W. A. (1997). *The sociology of childhood*. Sage Publications.
- COSTA, R. (2011). *Pequenos e grandes dias. Os rituais na construção da família contemporânea* (Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa). Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/4770>
- CUNHA, V. (2007). *O lugar dos filhos: Ideais, práticas e significados*. Imprensa Ciências Sociais.
- CUNHA, V. (2014). Quatro décadas de declínio de fecundidade em Portugal. In INE/FFMS (Eds.), *Inquérito à fecundidade 2013* (pp. 19-28). INE/FFMS.
- CUNHA, V. (2016). O adiamento do segundo filho: As intenções reprodutivas tardias e a fecundidade da coorte nascida em 1970-1975. In V. Cunha et al. (Orgs.), *A(s) problemática(s) da natalidade em Portugal: Uma questão social, económica e política* (pp. 125-133). Imprensa Ciências Sociais.
- CUNHA, V., Atalaia, S., & Marinho, S. I. (2019). Intenções de fecundidade nos núcleos parentais jovens: Uma análise comparativa dos núcleos monoparentais, de casais “simples” e recompostos. In Instituto Nacional de Estatística, I.P. (Ed.), *Inquérito à Fecundidade - 2019* (pp. 31-57). Instituto Nacional de Estatística, I.P. <https://popdesenvolvimento.org/images/noticias/2021/inquerito-fecundidade-2019.pdf>
- FERNANDES, N. (2009). *Infância, direitos e participação: representações, práticas e poderes. Afrontamento*.
- FREITAS, R. B., Maciel, A., & Mendes, M. F. (2019). Segundo filho: uma transição incerta. In Instituto Nacional de Estatística, I.P. (Ed.), *Inquérito à fecundidade - 2019* (pp. 95-119). Instituto Nacional de Estatística, I.P. <https://popdesenvolvimento.org/images/noticias/2021/inquerito-fecundidade-2019.pdf>
- GIDDENS, A. (2001). *Modernidade e identidade pessoal* (2^a ed.). Celta. (Original publicado em 1999)
- HENRY, L. (1959). *La dynamique de la population*. Presses Universitaires de France.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P. (2019). *Inquérito à fecundidade - 2019*. <https://popdesenvolvimento.org/images/noticias/2021/inquerito-fecundidade-2019.pdf>
- JAMES, A. (2007). Giving voice to children's voices: Practices and problems, pitfalls and potentials. *American Anthropologist*, 109(2), 261-272. <https://doi.org/10.1525/aa.2007.109.2.261>
- JAMES, A., & Prout, A. (Eds.). (1990). *Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues in the sociological study of childhood*. Routledge.
- JAMES, A., Jenks, C., & Prout, A. (1998). *Theorizing childhood*. Polity Press.
- JENKS, C. (1996). *Childhood*. Routledge.

- JENKS, C. (2009). *Constructing Childhood: The changing nature of childhood*. Routledge.
- JEROME, L., & Starkey, H. (2022). Developing children's agency within a children's rights education framework: 10 propositions. *Education 3-13*, 50(4), 439–451. <https://doi.org/10.1080/03004279.2022.2052233>
- LEONARD, M. (2016). *The sociology of children, childhood and generation*. Sage.
- LISBOA, M. (Coord.) (2009). *Infância interrompida. Caracterização das actividades desenvolvidas por crianças e jovens em portugal*. Colibri.
- MACEDO, J. N. A. (2012). *Trabalho infantil: Representações sociais nos media* (Cadernos de Emprego e Relações de Trabalho Nº 09). Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, Ministério da Economia e do Emprego. <https://www.dgert.gov.pt/wp-content/uploads/2019/04/CERT-09.pdf>
- MACHADO, F. L. (2022). *Investigação sociológica em Portugal: Um guia histórico e analítico*. Edições Afrontamento.
- MARINHO, S., & Correia, S. V. (2017). *Uma família parental, duas casas. Residência alternada – dinâmicas e práticas sociais*. Edições Sílabo.
- MARCHI, Rita de Cássia. (2009). As teorias da socialização e o novo paradigma para os estudos sociais da infância. *Educação e Realidade*, 34(01), 227-246.
- MAY, V. (2024). *Families*. Polity.
- MAYALL, B. (2002). *Towards a sociology for childhood: Thinking from children's lives*. Open University Press.
- MAYALL, B. (2013). *A history of the sociology of childhood*. Institute of Education Press.
- MENDES, M. F. (2016). A natalidade e a fecundidade em Portugal. In V. Cunha et al. (Orgs.), *A(s) problemática(s) da natalidade em Portugal: Uma questão social, económica e política* (pp. 81-110). Imprensa Ciências Sociais.
- MILLER, T. (2017). *Making sense of parenthood: Caring, gender and family lives*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781316219270>
- OLIVEIRA, I. T. (2016). A importância dos segundos nascimentos nos atuais níveis de fecundidade em Portugal. In V. Cunha et al. (Orgs.), *A(s) problemática(s) da natalidade em Portugal: Uma questão social, económica e política* (pp. 111-119). Imprensa Ciências Sociais.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. ONU.
- ORTNER, S. B. (1996). *Making gender: The politics and erotics of culture*. Beacon Press.
- OSWELL, D. (2021). Agência das crianças. In C. Tomás, G. Trevisan, M. Carvalho, & N. Fernandes (Eds.), *Conceitos-chave em sociologia da infância: Perspetivas globais* (pp. 31-35). UMinho Editora.
- PERISTA, H., Cardoso, A., Brázia, A., Abrantes, M., & Perista, P. (Eds.). (2016). *Os usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal*. CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção

- Social e CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. https://www.cesis.org/admin/modulo_projects/upload/files/inut_livro.pdf
- PERRENOUD, P. (1995). *O ofício de aluno e o sentido do trabalho escolar* (A. Guerreiro, Trad.). Artmed Editora. (Original publicado em 1995)
- PONTE, C. (2005). *Crianças em notícia*. Imprensa de Ciências Sociais.
- PRIBERAM, (n.d.). Neném. In *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Retirado em 3 Agosto, 2024, <https://dicionario.priberam.org/neném>
- PROUT, A., & James, A. (1990). A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems. In A. James & A. Prout (Eds.), *Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues in the sociological study of childhood* (pp. 7-32). Routledge.
- QVORTRUP, J. (1991). Childhood as a social phenomenon: An introduction to a series of national reports. *Childhood as a Social Phenomenon: National Report*, 12. European Centre for Social Welfare Policy and Research.
- RENAUT, A. (2002). *La libération des enfants*. Calmann-Lévy.
- ROSA, M. J. V., & Oliveira, I. T. (2019). Ter ou não ter filhos: razões da decisão. In Instituto Nacional de Estatística, I.P. (Ed.), *Inquérito à Fecundidade – 2019* (pp. 9-29).
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. <https://popdesenvolvimento.org/images/noticias/2021/inquerito-fecundidade-2019.pdf>
- ROWLAND, R. (1997). *População, família, sociedade. Portugal, séculos XIX e XX*. Etnográfica Press.
- SARMENTO, M. J. (2004a). As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In M. J. Sarmento & A. B. Cerisara (Coords.), *Crianças e miúdos: Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação* (pp. 9-34). Asa.
- SARMENTO, M. J. (2004b). A globalização e a infância: impactos na condição social e na escolaridade. In R. Garcia & A. Filho (org.), *Em defesa da educação infantil* (pp. 13-28). DP&A Editora
- SARMENTO, M. J. (2008). Sociologia da infância: Correntes e confluências. In M. J. Sarmento & M. C. S. Gouvêa (Orgs.), *Estudos da infância: Educação e práticas sociais* (pp. 17-39). Vozes.
- SARMENTO, M. J. (2009). O trabalho infantil em Portugal – da realidade social ao objecto sociológico. In M. Lisboa (Coord.), *Infância interrompida: Caracterização das actividades desenvolvidas por crianças e jovens em Portugal* (pp. 13-32). Colibri.
- SARMENTO, M. J. (2013). A sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceptuais e praxeológicos. In R. T. Ens & M. C. Garanhani (Eds.), *A sociologia da infância e a formação de professores* (13-46). Editora Universitária Champagnat.
- SARMENTO, M. J., & Tomás, C. (2020). A infância é um direito? *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 34(1), 15-30. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/10133>

- SARMENTO, M., & Vasconcellos, V. (Orgs.). (2007). *Infância (in)visível*. Brasil: Junqueira & Marin Editora.
- SCOTT, J. W. (1988). *Gender and the politics of history*. Columbia University Press.
- SEDAS NUNES, A. (1970). Questões preliminares sobre as Ciências Sociais. *Analise Social*, 8(30/31), 201-298. <http://www.jstor.org/stable/41008374>
- SINGLY, F. de. (2000). *O Eu, o casal e a família*. Publicações Dom Quixote. (Original publicado em 1996)
- SINGLY, F. de. (2004). Le statut de l'enfant dans la famille contemporaine. In F. de Singly (Ed.), *Enfants-adultes: vers une égalité de statuts?* (pp. 17-32). Encyclopaedia Universalis.
- SOBOTKA, T. (2008). Overview Chapter 6: The diverse faces of the Second Demographic Transition in Europe. *Demographic Research*, 19, 171-224. <https://doi.org/10.4054/DemRes.2008.19.8>
- TOMÁS, C. (2011). *Há muitos mundos no mundo. Cosmopolitismo, participação e direitos da criança*. Edições Afrontamento.
- TOMÁS, C., Trevisan, Gabriela, Carvalho, Maria João, & Fernandes, Natália (Eds.) (2021). *Conceitos-chave em sociologia da infância. Perspetivas globais*. UMinho Editora.
- TORRES, A., Campos Pinto, P., Costa, D., Coelho, B., Maciel, D., Reigadinha, T., & Theodoro, E. (2018). *Igualdade de género ao longo da vida: Portugal no contexto europeu*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/estudos/igualdade-de-genero-ao-longo-da-vida>
- VAN DE KAA, D. J. (1987). Europe's second demographic transition. *Population Bulletin*, 42 (1): 1-59.
- WALL, K., Aboim, S., & Cunha, V. (Coords.). (2010). *A vida familiar no masculino: Negociando velhas e novas masculinidades*. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. https://cite.gov.pt/documents/14333/154991/A_vida_masculino.pdf/4dbb2344-5faf-4b17-a7e2-2962abad8eo7